GERÊNCIA-GERAL DE TAQUIGRAFIA E PUBLICAÇÃO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

18ª Reunião Especial
5/6/2006 - 13h30min

OBS.: Notas taquigráficas sem revisão do orador

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Destina-se esta reunião à realização da sessão do Parlamento Jovem 2006, projeto resultante de parceria entre a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por intermédio da Escola do Legislativo, e a PUC Minas, por meio do Curso de Ciências Sociais da unidade São Gabriel. Nesta sessão, estudantes de sete escolas de ensino médio da Capital e do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas São Gabriel debaterão e votarão propostas elaboradas por eles sobre o tema "Ética na Vida Pública e Cidadania", cujo resultado será entregue ao poder público, por meio da Comissão de Participação Popular desta Assembléia Legislativa.

Convido para tomar lugar neste Plenário os membros do Parlamento Jovem 2006, alunos da Escola Estadual Sagrada Família; da Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae; da Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage; Escola Municipal Tabajara Pedroso; do Colégio Santo Antônio; da Escola Estadual Governador Milton Campos; do Colégio Batista Mineiro; e do curso de Ciências Sociais da PUC Minas São Gabriel. Sejam todos bem-vindos!

Passaremos para a composição da Mesa. Convido para fazer parte da nossa Mesa de trabalhos a Profa. Maria Inês Martins, Pró-Reitora de Graduação da PUC Minas, representando o Prof. Eustáquio Afonso Araújo, Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Deputada Maria Tereza Lara, do PT, Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Deputado Doutor Viana, do PFL, Presidente da Comissão de Educação,

Ciência, Tecnologia e Informática; Prof. Paulo Roberto de Souza, Diretor de Graduação da PUC Minas, unidade São Gabriel, representando o Pró-Reitor, Prof. Carlos Barreto Ribas; Profa. Vera Maria de Sá Cabral, da Escola Estadual Sagrada Família, representando as escolas participantes do Parlamento Jovem; Sr. Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo; e Profa. Silvana Seabra, Coordenadora do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas, unidade São Gabriel.

Em nome da Assembléia Legislativa, agradeço o empenho das equipes das escolas participantes do Parlamento Jovem, nas pessoas de seus diretores: Prof. Walcyr Pereira Lima, da Escola Municipal Tabajara Pedroso; Profa. Ismênia Santos Fonseca Souza, da Escola Estadual Prof. Guilherme Azevedo Lage; Profa. Noeli Ferreira da Silva, da Escola Estadual Sagrada Família; Profa. Hilda Trindade, da Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae; Profa. Cláudia Viana Arruda, do Colégio Batista Mineiro; Prof. Olavo Campos, do Colégio Santo Antônio; e Prof. Edson Miguel de Barcelos, da Escola Estadual Governador Mílton Campos, antigo Colégio Estadual Central, do qual tive a honra de ser aluno da 5ª à 8ª série e do 2º grau. Sejam bem-vindos, alunos e corpo docente.

Faço um agradecimento também à PUC Minas, unidade São Gabriel, e à Escola do Legislativo, que nos ajudaram muito na organização. Em nome de Alaôr Messias Marques Júnior, parabenizo toda a equipe técnica da Escola do Legislativo da Assembléia, que tanto nos tem ajudado em todas as reuniões do Parlamento Jovem e também nessa sua 3ª edição.

Convido os presentes a ouvirem, de pé, o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O Sr. Presidente - Assistiremos a um vídeo do trabalho preliminar realizado neste ano pelos participantes do Parlamento Jovem, preparado pela TV Assembléia, que, aliás, transmite, ao vivo, esta reunião a todo o Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à exibição do filme.

O Sr. Presidente - Dando continuação aos nossos trabalhos, passaremos a palavra à Profa. Maria Inês Martins, Pró-Reitora de Graduação da PUC Minas, representando o Magnífico Reitor Eustáquio Afonso Araújo.

A Pró-Reitora Maria Inês Martins - Boa-tarde a todos os componentes da Mesa: Deputado Rogério Correia, Presidente; Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular; Deputado Doutor Viana, Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; Prof. Paulo Roberto de Souza, Diretor de Graduação da PUC Minas São Gabriel; Profa. Vera Maria de Sá Cabral, professora da Escola Sagrada Família; Sr. Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo; e Profa. Silvana Seabra, coordenadora do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas São Gabriel. (- Lê:)

"Gostaria e cumprimentar os presentes a sessão do Parlamento Jovem 2006, as demais personalidades, os Deputados, os alunos, professores, funcionários e demais convidados. Acredito ser de suma importância a participação dos nossos jovens em atividades políticas, sociais e comunitárias não somente para a formação, mas,

sobretudo, para a consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira.

O tema eleito pelos alunos do ensino médio e do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas São Gabriel, "Ética Pública e Cidadania", faz-nos refletir acerca desses valores, que, na verdade, estão entrelaçados. Não pode haver efetiva vigência da cidadania numa sociedade que não se guie pela ética, e não vigora a ética onde se suprime a cidadania.

A luta pela ética e a construção da cidadania não constituem dever exclusivo do Estado: cabe às comunidades, às instituições sociais e a vocês, integrantes do Parlamento Jovem, a participação nesse processo político de sedimentação de valores tão essenciais à vida coletiva.

A PUC Minas deseja sucesso a todos vocês neste seminário e almeja que os Deputados desta Casa, ao receberem o documento resultante deste trabalho, considerando sua real importância, tomem-no como objeto de profunda reflexão das preocupações de uma representação responsável da juventude do nosso país. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Profa. Maria Inês. Em nome da Assembléia Legislativa e por solicitação do nosso Presidente, Deputado Mauri Torres, faço a abertura da fase final da terceira edição do Parlamento Jovem. Faço-o também como 2°-Vice-Presidente da Assembléia e responsável pela gestão política da Escola do Legislativo e pelo Parlamento Jovem, que é acompanhado pela nossa equipe técnica, aqui representada pelo Alaôr.

É um prazer tê-los aqui. Antes de iniciar, anuncio a presença do Deputado José Henrique e justifico a ausência do Deputado André Quintão, que tem acompanhado nossos trabalhos, mas hoje teve compromissos no interior do Estado. Agradeço o apoio dado pelo conjunto dos Deputados, representados pela Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular, e pelo Deputado Doutor Viana, Presidente da Comissão de Educação.

O Parlamento começou em 2004. O tema desta edição é "A ética na vida pública e cidadania", escolhido pelos próprios estudantes e pelas próprias escolas. Há três subtemas importantes: "A participação política", "O primeiro emprego" e "O direito à informação e à comunicação". Esses mostram a importância desse debate. Há 115 jovens presentes, sendo 20 do curso de Ciências Sociais da PUC. Entre as escolas que já participaram da edição do ano passado, estão a Escola Estadual Sagrada Família, a Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae, a Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage e a Escola Municipal Tabajara Pedroso. As novas participantes são Colégio Santo Antônio, a Escola Estadual Governador Mílton Campos e o Colégio Batista Mineiro. No próximo ano, faremos novo revezamento.

Antes do encontro de hoje, ocorreram mesas de debates, oficinas de teatro sobre democracia e organização do Estado, leituras orientadas e visitas à Assembléia Legislativa. Temos 34 propostas, que, após a discussão de hoje, serão apresentadas à Comissão de Participação Popular, que as encaminhará. Caso haja necessidade de formatar um projeto de lei, isso será providenciado pela Comissão.

Outras sugestões, cuja necessidade seja de dar ciência ao governo do Estado propondo implantação, também serão encaminhadas ao Governador e respectivas secretarias.

Assim também, se houver propostas no âmbito nacional, serão remetidas ao Congresso Nacional e à Presidência da República. Os encaminhamentos das propostas debatidas serão feitos pela Comissão de Participação Popular, conforme as necessidades de cada proposta em cada setor.

No segundo semestre deste ano, teremos ainda uma outra reunião do Parlamento Jovem na cidade de Arcos, em comum acordo entre a Assembléia Legislativa e a PUC de Arcos, e com apoio da Câmara Municipal de Arcos e da cidade de Pains.

Há estudos para, no próximo ano, ampliar o Parlamento Jovem para o Estado de Minas Gerais, pois tem sido muito solicitado pelas escolas, Prefeituras e Câmaras Municipais. Faremos parcerias que possibilitem a interiorização do Parlamento Jovem. A Assembléia Legislativa sempre teve essa política de interiorizar os debates feitos na Capital. Para isso, contamos com o apoio da PUC. Já estamos discutindo com representantes da Secretaria de Educação, e o Deputado Doutor Viana poderá ajudar-nos por meio das conversas que tem tido com a Secretária. Assim, poderemos ir preparando essa interiorização para o próximo ano.

Desejo que tenham um bom trabalho, que as propostas sejam plenamente discutidas e que possamos encaminhá-las. Nossa intenção é ampliar o processo de participação democrática. A democracia são dois lados de uma mesma moeda: as eleições e a participação popular. Neste

ano, em todo o País, participaremos de eleições gerais para Presidente da República, Governadores de Estado, Senadores, Deputados Estaduais e Federais. Este será um momento importantíssimo para o processo democrático, enriquecido pelo debate político-eleitoral. Essa primeira parte da democracia é fundamental, pois é como escolhemos nossos representantes. Mas seria incompleta sem a participação popular mais direta nos processos de definição política e administrativa. Criamos mecanismos importantes de participação popular no Brasil, como o Orçamento Participativo, comitês e conselhos de educação, saúde e assistência social. Assim, a população pode participar diretamente do processo democrático. Aqui na Assembléia, nesta legislatura, a Mesa da Assembléia criou a Comissão de Participação Popular, a exemplo da que já existia no Congresso Nacional, e algumas Câmaras Municipais têm feito o mesmo. Isso permite que a democracia conte com uma participação mais direta e decisiva de todos.

Além disso, a participação da juventude é especial. Dizer que a juventude é o nosso futuro não pode ser uma retórica. Precisamos preparar nosso futuro, e isso significa preparar nossos jovens e estudantes para a participação política democrática. Priorizar a democracia é priorizar a juventude e a educação como tarefa fundamental para um país que objetiva crescer. Mas não apenas crescer, e sim, dividir renda, gerar empregos e fazer justiça social.

Desejo um bom trabalho a todos, e agradeço-lhes em nome da Assembléia Legislativa.

Neste momento, declaro instalado o Parlamento Jovem 2006. Agradeço a presença dos componentes desta Mesa, a quem peço tomar assento no Plenário para que possamos dar início à reunião do Parlamento Jovem 2006.

Convido a assumir a coordenação dos trabalhos do Parlamento Jovem 2006 o aluno Lucas Junqueira Meirelles Vitelli, do 3º período do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas São Gabriel.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - Boa tarde! Convido a compor a Mesa, para a sessão do Parlamento Jovem 2006, os alunos: Davidson Thiago da Cruz, do 2º período do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas São Gabriel, coordenador do Grupo de Participação Política; Anael Ramon Batista Silva, da Escola Estadual Prof. Guilherme Azevedo Lage, relator do Grupo de Participação Política; Roberta Guedes de Araújo, do 3º período do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas São Gabriel, coordenadora do Grupo sobre Direito à Informação e à Comunicação; Mariana Batista Vieitas Coelho, da Escola Estadual Governador Mílton Campos, relatora do Grupo sobre Direito à Informação e à Comunicação; Reginaldo Lúcio Campos, do 3º período do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas São Gabriel, coordenador do Grupo sobre Primeiro Emprego; e, finalmente, Júlia Mendes Ribeiro, aluna da Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae, relatora do Grupo sobre Primeiro Emprego.

Daremos início à sessão do Parlamento Jovem 2006, com a discussão e a aprovação do Documento Final sobre o tema "Ética na Vida Pública e Cidadania".

Antes de discutirmos o tema, convido, para ajudar-nos na reflexão, o filósofo, professor de teatro e da Escola do Legislativo, Ludovikus Moreira. O tema de sua fala é "Navegando nas Águas da Ética".

O Sr. Ludovikus Moreira - Boa tarde! Que bom revê-los! O mundo está prestes a passar por um colapso porque o mercado destrói a natureza, gera a miséria, provoca o ódio e transforma tudo em mercadoria, em "commodity", até mesmo o ser humano.

Será o fim do ser humano coisificado pelo capital, pela ação do próprio homem?

Parabenizo os jovens estudantes pela escolha conveniente e oportuna da ética para discussão neste Parlamento Jovem. Talvez os caras lá em Brasília, que não sabem que vocês existem, passem a se preocupar com o eco de suas vozes reverberando na Esplanada do Planalto Central.

Agradeço à minha amiga Patrícia Duarte a brilhante sugestão do tema desta pequena palestra: "Navegando nas Águas da Ética". Obrigado, Patrícia.

Fiz questão de ficar aqui embaixo porque quero que os olhares esperançosos de vocês me inspirem e me dêem alento neste momento de desencanto, dado à ruína moral em que vivemos. E essa ruína moral está derramando pelas paredes lodo e lama, e não podemos mais respirar. Tudo isso porque nós, como brasileiros e habitantes deste mundo, não podemos respirar. O ar nos está sufocando cada vez mais.

Esse mundo acolhe com bons olhos os vícios, e rejeita e despreza as virtudes. Quando o mundo faz a opção e a escolha de acolher o vício do egoísmo, a competição a qualquer custo, os fins justificando os meios, faz-nos tripulantes apatetados de uma embarcação sem rumo. Ao contrário, deveríamos poder ser navegadores de uma embarcação que viajasse e velejasse em águas puras e límpidas, numa direção que tornasse a humanidade mais humana, e, assim, pudéssemos ver um horizonte de esperança. Como já dizia Shakespeare, o único remédio do desgraçado é a esperança.

Todavia, como o mar está bravio, lancemos âncora nas ilhas gregas, pois foi onde tudo começou, inclusive a nossa cultura. Lá inventaram a democracia. E por que eles a inventaram? Porque queriam celebrar a felicidade e a justiça. Na celebração dessa experiência democrática na Grécia Antiga, vários fatores contribuíram: as tradições do mito, a organização da pólis, a experiência cultural e teatral, quando principalmente a arte e a música tentaram capturar a beleza ao tematizar os sonhos e as angústias humanas. E também fizeram uma coisa que hoje crescemos: popularizaram a escrita para que todos tivessem acesso às leis.

Tudo isso aconteceu em razão de um grande prodígio humano: a lógica racional. Dessa lógica, surgiu um desenvolvimento hoje no mundo tecnológico e científico capaz da mais alta produtividade.

Mas esse mesmo desenvolvimento produz exclusão e miséria. O que deu errado? Que desvio tomamos? A que rota o nosso navio está nos levando? Será que está nos levando, cada vez mais, para águas turvas? Perdemos a bússola ou a bússola nos aprisionou? Assim se agitou o

filósofo Sócrates, quando a democracia grega começou a entrar em decadência por causa da corrupção, o que mais se fala hoje, nos jornais.

Naquela época de decadência, enquanto os sofistas tinham respostas para tudo, Sócrates só tinha perguntas. Com Sócrates, a correnteza do relato histórico precipita-se para águas profundas, para depois tornar a jorrar com força renovada. Sócrates é uma espécie de recife, de mar de corrente, de ventania, para chamar a nossa atenção. Alerta-nos para que prestemos atenção em nossa existência. Chama a consciência para o momento do desenvolvimento do espírito do mundo. Em que mundo vivemos? E a sua pergunta fundamental será: "O agir tem o fim?".

É claro que não posso tirar Sócrates do seu contexto histórico. O mundo hoje está muito distante do que foi o mundo grego de Sócrates, de Platão ou de Aristóteles, mas certas coisas pensadas por eles continuam a valer no mundo contemporâneo, como a ética. Essa palavra, transliterada do termo grego "ethos", era o pilar da cidade-Estado de Atenas, pois os gregos perceberam que, sem ética, seria impossível instituir uma comunidade política. Os gregos defenderam a ética, a etimologia e a extensão semântica da ética, dando exatamente o sentido e o significado de um abrigo protetor, de uma morada, de um lugar capaz de abrigar a ação humana livremente. Eis porque a raiz da ética é a liberdade. A liberdade não pode ficar à deriva, senão o barco desgoverna. Quando se descuida da rota, do leme, Sócrates aparece para ajudar no manejo de uma melhor rota. É

como se o filósofo antecipasse o verso "Navegar é preciso, viver não é preciso", pois o que importa é a peleja em busca do melhor.

Sócrates veio para brigar com os sofistas, que faziam com que tudo ficasse à deriva. Eram considerados os mais peritos em política; agiam como certos políticos de hoje; sabiam da sua incoerência, da sua falta de princípios, mas se apresentavam de forma pomposa, autoconfiante; exibiam-se com auto-suficiência e arrogância incomparáveis, pois julgavam suprir as necessidades daquela época. E os gregos não percebiam que a sofística causava mal à democracia, pois tudo, na época, concentrava-se: o ouro, a riqueza, a exuberância, o gozo da vida, a frivolidade, a arte, a ciência, tudo estava em Atenas. Hoje não é assim o devaneio de Nova Iorque, Londres, Tóquio, São Paulo e de outras grandes metrópoles? Muitos políticos não consideram o máximo o nosso desenvolvimento?

Apesar da antropofagia socrática, ocorreu a decadência do Estado ateniense. Sócrates aniquilou a sofística, mas ela já tinha feito seu estrago. A sofística é uma espécie de monstro fantástico, pois despertou a reflexão, mas também arrancou Atenas da sua eticidade substancial. A ética ficou vacilante com a sofística; esta, por sua vez, seduzia, atraía a si a juventude. De cidade em cidade, os sofistas abriam suas escolas, e a juventude se arrastava atoleimada para o ensino da sofística. Quem tinha a posse da retórica da sofística possuía o instrumento necessário para abrir qualquer porta. Hoje, por exemplo, será que a pessoa que se expõe na mídia, na televisão, está fazendo o mesmo papel da sofística?

Afinal, qual é o malefício da sofística? Os sofistas notam que o que era absolutamente certo, o determinante para a vida política, a lei, passa a ser algo que vacila relativo, porque é contrário à vontade individual. Então, tudo se torna vacilante. E quando se está vacilante relativo, no que se pode agarrar? Os sofistas apostaram no prazer. Hoje, qual é a nossa aposta, se somos muito mais consumidores que cidadãos?

Em busca dos valores, vamos, então, velejar nas águas mais profundas da ética. Na Grécia, o mito e a crença são as primeiras fontes de valores. A verdade do mito penetra no mundo grego por meio das narrativas inspiradas nas musas e nos deuses, em uma relação estreita entre estes e os homens. Todavia, os deuses estão acima dos homens, porque estes são inferiores e precários. Por isso aceitam o destino imposto pelos deuses. O mito é uma experiência primitiva do sagrado. É o exercício da magia, do encantamento com o estranho e com o diverso. O mito, então, confere sentido à existência, quando dita a normalidade e a conveniência das coisas mais importantes. Ele é uma bússola.

O homem é o que é por vontade dos deuses. O mito tem uma força, um poder legislador e julgador revestido no destino do sagrado. Essa lógica só será destravada com o surgimento da democracia e da filosofia, quando os homens encontram a resposta racional para todas as coisas de que os homens precisam para os negócios humanos, no mundo real. Os fatos, então, passam por uma explicação, e o destino humano será definido pelo próprio homem na Pólis, e não mais pelos deuses, no Olimpo.

Quando o homem toma a si o poder de definir seu destino, surge o vírus da desconfiança. Quem, agora, garante qualquer coisa? Qualquer um pode emitir sua opinião. A ética é conduzida a formular a primeira noção científica da natureza. Com isso, ela deixa de ser a expressão do consenso, da multidão, da opinião, para ser algo segundo a razão, a natureza, a qualidade das coisas. Porém isso não basta. Ou seja, não basta apenas ser racional. É preciso algo mais. Sócrates é quem vai abrir a porta da embarcação desconhecida.

Ele diz que o agir é teleológico. O que é isso? Que o agir tem um fim e esse fim, afirmou o filósofo, visa ao bem. Porque o bem é que dirá da validade da ação humana. Portanto não basta a razão. É preciso o valor da razão.

A partir dessa nova bússola, os gregos fazem a escolha por alguns valores fundamentais para sua democracia. Eles vão privilegiar a igualdade, a liberdade, a justiça, a coragem e a generosidade. Essa escolha não é aleatória. A igualdade resolverá o problema do despotismo. Em grego, déspota é "despótés", que significa pai. Pai é aquele indivíduo que tem o poder de vida e de morte sobre todos da família e o mando sobre todos os bens materiais.

Essa autoridade privada não poderá penetrar na "pólis", onde os cidadãos são isonômicos. O que significa isso? São todos iguais perante a lei. Estão todos submetidos igualmente à mesma lei. A liberdade não só resolve o problema da religião, porque lá existem uma série de deuses, de várias religiões - e qualquer um pode ter a crença que quiser, desde que não interfira nas coisas públicas -, como também irá deixar que cada cidadão defenda o seu interesse na

ágora, onde os assuntos para o bem da comunidade serão discutidos com coragem, sob o abrigo da justiça, que é a faculdade necessária para que o cidadão faça o balizamento daquilo que é justo ou injusto.

Finalmente, a generosidade é o valor que a comunidade assume para si, porque ninguém vive sozinho. Decidimos viver em comunidade porque só podemos ser felizes nas relações uns com os outros. Naquela época, os gregos formularam uma lei dentro da virtude da generosidade. Se por acaso houvesse uma grande estiagem e apenas alguns poucos agricultores tivessem uma boa colheita, eles seriam obrigados a dividir seus frutos com os demais cidadãos.

Imaginem vocês, hoje, em Brasília, um Deputado qualquer propor que uma pequena parcela do lucro dos Bancos fosse devolvida aos brasileiros em forma de emprego ou de um primeiro emprego. Parece uma quimera, um sonho. Por quê? Porque não sabemos o que é a generosidade ou a solidariedade.

Como vimos, a democracia grega ruiu. Eles não apenas perderam a referência dos valores, devido à sofística, como também porque vieram os romanos, os imperialistas. Com eles, novos valores vieram à tona. A justiça deixa de ser aquilo que era justo, segundo a igualdade, a liberdade e a generosidade para ser a lei de César. Porque César é divino. Os Césares são divinos. Eles trazem uma lei divina.

Eles trazem a "pax" romana e a "dura lex sed lex" - a lei é dura, mas é lei. E trazem ainda o "panis et circense" - pão e circo. Por que isso acontece? A partir daí, não se questiona mais se a lei é justa ou injusta nem se o pão e o circo alienam as pessoas. No caso,

os Césares podem dominar tranqüilamente. Por essas causas e outros fatores, a humanidade padece sob tiranias e monarquias por quase 2 mil anos.

Antes de respirar novamente os ares democráticos, acontece um milagre no mundo. Surge Jesus Cristo que traz uma idéia inovadora que nem os gregos ou os romanos conheciam. Traz a idéia de que todos os seres humanos são iguais. Contudo, somente com a Revolução Francesa de 1789, vemos novamente o valor da igualdade entre os homens.

Os franceses, depois de muito conversarem sobre os seus destinos e de discutirem que planos implementar para que todos pudessem ser livres, iguais e fraternos, resolvem cortar a cabeça dos monarcas e dos cortesãos para instituírem a democracia e a república, coisa pública. O sucesso da revolução foi tão grande que alguns franceses queriam exportar esse modelo político para outros países. Era oportuno porque vários Estados estavam em revolta.

Assombrado, Robespierre, um dos líderes da revolução, diz: "A idéia mais extravagante que pode nascer na cabeça de um político é pensar que ele pode adentrar o território de um outro povo, com armas em punho, e obrigá-lo a adotar suas leis e seus costumes". Pudera o Bush estar aqui, para ouvir isso.

Na França, tudo caminhava para uma democracia direta, mas, no revés arquitetado pela classe burguesa, resolvem cortar, assassinar os principais líderes da Revolução Francesa. A partir daí, nasce a idéia de uma democracia representativa, a idéia da representação política. Essa idéia surge movida pela doutrina

liberal, cujo primado é a livre competitividade entre os membros da sociedade. Esse é o espírito moderno que herdamos para o nosso Estado, ou seja, os valores da igualdade e fraternidade. Tudo isso escafedeu-se daquele ideário francês.

Hoje a nossa democracia, um pouco apática e indolente, busca ser uma democracia participativa, porque a representação política está mergulhada em águas abismais e lamacentas. E o pior é o mercado. É o monstro fantástico, como a sofística, que assume a política e move a nova fonte de valores, que é a TV, nossa bússola. É o mercado que move a TV, mas agora chegou a vez de vocês. Peguem o remo e impulsionem o vigor da juventude. A tarefa não é fácil porque o monstro do mercado está aí. O monstro extraordinário da TV está aí, impingindo um amontoado de informações sensacionalistas e expondo uma profusão de asneiras e bestices. Soma-se a isso a escolha no mundo pelo que é útil.

O que podemos fazer quando a escolha é só o econômico, se, na perspectiva econômica, a ética torna-se simplesmente a transcrição ideológica dos interesses econômicos da classe dominante na sociedade? Se privilegiamos só o econômico, cadê o cultural, o social, o meio ambiente e o próprio político? E o que dizer de nossos políticos corruptos?

Aristóteles falará, por exemplo, da honestidade. Ele diz que a honestidade é a guardiã da política e que os cidadãos devem ser intolerantes com os desonestos. Para os empresários e banqueiros, Aristóteles falará a respeito da usura. Foram os gregos que inventaram a moeda, mas se entusiasmaram tanto que começaram a

praticar a usura. Aristóteles diz que a moeda foi inventada para ser a mediania entre o valor das coisas, e não para gerar riqueza por ela mesma. Isso não era a qualidade da moeda.

Um outro aspecto que serve para pensarmos é sobre o sentido da vida, do qual ele também falou. Imaginem, há 2.400 anos, Aristóteles dizer que tudo o que o homem precisava para ter uma vida cômoda e confortável já havia sido inventado, que ele estava materialmente realizado e só lhe restava dedicar-se à elevação do espírito!

Vocês têm a responsabilidade de não ter medo dos tubarões que estão por aí a soltas e atentos. O covarde pode ser facilmente devorado por traíras. Portanto vocês precisam ter a coragem de dizer o que pensam, porque são jovens e, como se diz, não têm o rabo preso com nada, com interesses ou jogos perversos.

Quero terminar citando Guimarães Rosa, que tem uma frase muito simples que é a síntese do pensamento socrático e de tudo o que eu disse a respeito da moral. Ele coloca na boca do Manuelzão, um matuto e caipirão do mato, do "Grande Sertão: Veredas", que a gente quase somente faz o que a bobagem do mundo quer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - Obrigado, Ludovikus. O que o senhor disse nos ajudará bastante.

Informaremos agora qual será a dinâmica dos trabalhos. Haverá seis momentos: apresentação dos relatórios aprovados nos grupos de trabalho pelos respectivos coordenadores e relatores, que disporão de até 10 minutos para a sua exposição; apresentação das propostas aprovadas nos grupos de trabalho e pedidos de destaque;

votação e aprovação, por maioria simples, do Documento Final, salvo destaques; discussão, votação e aprovação, por maioria simples, dos destaques; apresentação, discussão e votação de novas propostas, desde que subscritas por, no mínimo, 25% dos votantes; e entrega do Documento Final à Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa. Alguma dúvida? (- Pausa.)

Cada coordenador e relator dos grupos disporá de 10 minutos para dizer o que aconteceu na reunião do dia 30. Com a palavra, o coordenador do primeiro grupo, referente à participação política, Davidson Thiago da Cruz.

O estudante Davidson Thiago da Cruz - Boa tarde! Meu nome é Davidson. Sou do 2º período de Ciências Sociais da PUC Minas e coordenei o grupo de trabalho cujo subtema é "Participação Política". Fomos o último grupo a terminar as atividades, e a aprovação das propostas ocorreram de forma tranqüila. Foi um exercício democrático bem articulado. A princípio, havia 14 propostas, que foram reduzidas para 12, sendo que duas foram criadas. Duas delas também serão apresentadas aqui como minoritárias, ou seja, obtiveram pelo menos 20% dos votos no dia do nosso grupo de trabalho.

Algumas propostas foram mais polêmicas, como a que se refere ao serviço militar. As escolas participantes, que no caso foram Santo Antônio, Colégio Batista, Escola Estadual Milton Campos e Escola Municipal Tabajara Pedroso, articularam-se bem, trabalharam tranqüilamente e unidos pelo bem de todos. Naquele momento, não houve muita rixa entre as escolas, como esperávamos que ocorresse. Como já disse, estamos aqui com 12 propostas já elaboradas.

O Colégio Sebrae também havia apresentado uma proposta. No dia das discussões, infelizmente não enviou representante porque havia apenas um aluno, mas a proposta deles também foi apreciada. Houve destaque e trabalharam bem com as propostas. Foi mais ou menos isso que ocorreu. Não demorarei muito para que possamos trabalhar, que é o viemos fazer aqui hoje.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - Estudante Anael, relator do grupo de trabalho, deseja completar mais alguma coisa? (- Pausa.) Passaremos a palavra para a estudante Roberta Guedes de Araújo, coordenadora do grupo de trabalho sobre "Direito à Informação e à Comunicação".

A estudante Roberta Guedes de Araújo - Boa tarde! Sou aluna do 3° período do Curso de Ciências Sociais. É com enorme prazer que participo do Parlamento Jovem, onde fui coordenadora do subtema "Direito à Informação e à Comunicação" no último 30 de maio. Contamos com a participação de quatro escolas: Guilherme Lage, Tabajara Pedroso, Sebrae e Sagrada Família. Havia no total 27 propostas e conseguimos priorizar 11, com caráter diversificado e enorme competência. A informação chega às nossas casas, e a grande maioria da população depara com a programação. Com essas informações, os jovens mostraram a sua preocupação. É com esse desejo de mudança que são criadas propostas, apresentado esclarecimento e melhoria. Além disso, repassada informação para os cidadãos de bem por meio de TVs, rádios e rede alternativa, para que possamos desenvolver o exercício crítico da cidadania.

Desenvolvi um artigo sobre o que ocorreu no dia 30. No mais, foram 28 propostas que passaram para 27. Conseguimos priorizar 11 propostas por meio de um debate bem tranqüilo. É só isso. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - A relatora deseja completar mais alguma coisa? (- Pausa.) Passaremos para o próximo subtema "Trabalho sobre Primeiro Emprego", cujo coordenador é o estudante Reginaldo Lúcio Campos.

O estudante Reginaldo Lúcio Campos - Boa-tarde a todos. Fui coordenador do subtema "Primeiro Emprego". O trabalho se iniciou às 14 horas como previsto. Todas as 18 propostas que chegaram até lá foram debatidas uma a uma, após a sua leitura. Tudo ocorreu dentro do previsto, na normalidade. Não houve polêmica alguma de forma mais acentuada. Todos puderam expressar-se. Houve alguns momentos de acaloramento, dentro do que é considerado normal. Depois do debate, chegamos às 11 propostas que estão no documento base. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Passamos agora para a apresentação das propostas aprovadas nos grupos de trabalho e os pedidos de destaque.

Passarei à leitura das propostas. Por favor, depois de cada uma delas, peço a quem estiver solicitando destaque que se encaminhe até o microfone e cite o nome.

Começaremos pelo Direito à Informação e à Comunicação, primeiro subtema: 1 - Divulgação, em todas as cidades do estado, pela TV Assembléia e pelos meios de comunicação em geral - rádios, TVs, jornais, internet -, de notícias de interesse do cidadão, incluindo

os balanços de todas as obras públicas estaduais, para que ele avalie seus representantes.

O estudante André - Peço destaque.

O estudante Israel - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 2 - Divulgação intensiva da audiência pública de análise do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - e das despesas aos recursos públicos do Estado, por meio dos meios de comunicação de massa - jornais impressos e televisivos, revistas, rádio e internet -, pelo menos um mês antes da realização da audiência.

A estudante Vanessa - Peço destaque.

A estudante Cecília - Peço destaque.

A estudante Gabriela - Peço destaque.

O estudante Vinícius - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 3 - Criação de programas de formação para a cidadania que divulguem direitos, estimulem o debate e o senso crítico da população para que participe do que está ocorrendo em seu Município e decida sobre os seus problemas.

Algum destaque? Não havendo, passaremos ao item 4.

4 - Criação de projetos nas escolas de ensino médio e universidades, visando à formação crítica dos cidadãos e em relação às notícias transmitidas pelos meios de comunicação de massa, estimulando-os à participação e contribuindo para a formação da opinião pública.

A estudante Janaína - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 5 - Criação de rádio-escola na rede pública de ensino, com informações sobre a estrutura e o funcionamento das escolas e sobre assuntos de interesse geral, como primeiro emprego, participação política, direitos e deveres, incentivo à cultura, etc., com o objetivo de formar cidadãos críticos e capazes de interagir em seu meio escolar e social.

O estudante Emanuel Bueno - Peço destaque.

A estudante Camila - Peço destaque.

O estudante Lucas - Peço destaque.

O estudante André - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 6 - Criação de um projeto de parceria das faculdades e universidades públicas com a Rede Alternativa, com o objetivo de oferecer cursos de treinamento, capacitação e assessoramento para as pessoas que trabalham nessa rede, unindo um trabalho técnico de qualidade a uma orientação para o exercício crítico da cidadania.

A estudante Janaína - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 7 - Incentivo financeiro do governo, empresas privadas e ONGs para implantação e funcionamento da Rede Alternativa.

O estudante Marcelo - Peço destaque.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - Solicito a quem for pedir destaque que utilize os microfones do meio para facilitar a filmagem.

O estudante Diogo - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 8 - Reativação do Conselho de Comunicação Social de Minas Gerais para atuar em todas as esferas da comunicação e possibilitar a integração de rádios e TVs alternativas. 9 - Ampliação da rede de rádios comunitárias, de modo que estejam presentes em todos os Municípios, para que os cidadãos tenham acesso a informações produzidas com linguagem simples e que atendam a suas necessidades. 10 - Aumento do raio de cobertura das rádios comunitárias. 11 - Participação das rádios comunitárias nos lucros gerados pelos eventos culturais divulgados por elas.

A estudante Helen - Peço destaque.

O estudante Lucas - Peço destaque.

O Sr. Presidente - Passaremos agora para o Subtema nº 2: Participação Política. 1 - Aprimoramento dos mecanismos de participação política previstos na Constituição Estadual e inclusão, entre eles, da prática de visitas, pelas escolas públicas e privadas, à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, de forma a propiciar o contato de estudantes, professores e pais com seus representantes políticos e possibilitar que eles tomem conhecimento do trabalho da Comissão, acompanhando de perto as propostas formuladas sobre a educação.

O estudante André - Peço destaque.

A estudante Marcela - Peço destaque.

A estudante Cecília - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 2 - Inserção de oficinas de cidadania nas escolas públicas estaduais a partir da 5ª série do ensino

fundamental, ministradas por profissionais da área de Ciências Sociais, utilizando didática adequada, e divulgação dessa experiência, visando à sua ampliação para a rede pública municipal e para a rede privada. Passarei agora para a 3ª proposta, porque essas duas já estão automaticamente destacadas por terem conteúdo contraditório.

3 - Inserção de oficinas de cidadania nas escolas públicas estaduais a partir da 7ª série do ensino fundamental, ministradas por profissionais da área de Ciências Sociais, utilizando didática adequada, e divulgação dessa experiência, visando à sua ampliação para a rede pública municipal e para a rede privada.

A estudante Janaína - Peço destaque.

A estudante Marcela - Peço destaque.

O estudante José Maria - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 4 - Divulgação, nos meios de comunicação de massa, principalmente por meio de chamadas na TV aberta, da Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa, para que a sociedade tenha conhecimento de suas propostas e objetivos e possa opinar e participar ativamente de seminários e votações, possibilitando o desenvolvimento da consciência cívica e cidadã.

O estudante Vinícius - Peço destaque.

O estudante Henrique - Peço destaque.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - 5 - Criação, na TV Assembléia, de um programa educativo de formação política para jovens.

O estudante Diogo - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 6 - Publicação e distribuição anual, pelos correios, de cartilhas que informem a população sobre os meios de que dispõe para a participação política. 7 - Criação de mecanismos para divulgar o direito do cidadão de controlar e fiscalizar o PPAG.

A estudante Janaína - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 8 - Publicação, nos meios de comunicação de massa, de balanços de todas as obras públicas estaduais, de forma a permitir que a população exerça o direito de fiscalizar os gastos do governo.

A estudante Laura Dias - Peço destaque.

A estudante Ana Paula - Peço destaque.

A estudante Camila - Peço destaque.

O estudante Lucas - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 9 - Incentivo financeiro, por parte do governo do Estado, para implementação e desenvolvimento de meios de comunicação alternativos para que informem a população sobre seus direitos, por meio de: a - criação de múltiplos instrumentos explicativos, direcionados aos diversos segmentos da sociedade, sobre os direitos de participação e os serviços oferecidos pelo Estado, usando linguagem apropriada ao instrumento e ao público a que é direcionado; b - capacitação e acompanhamento técnico dos integrantes das rádios comunitárias; c - criação de jornais regionais, em nível municipal, que circulem quinzenalmente informações culturais, políticas e demais assuntos de interesse da população; d - incentivo

à criação e manutenção de laboratórios de informática nos centros culturais já existentes.

A estudante Jussara - Peço destaque.

O estudante Diogo - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 10 - Extensão a todos os jovens em idade de alistamento do direito de substituir o serviço militar pela prestação de serviços comunitários, escolhidos a partir de aptidões pessoais, com jornada adequada à disponibilidade do jovem - direito esse concedido hoje apenas àqueles que aleguem imperativo de consciência para fazer essa opção - e com ajuda de custo; institucionalização desses serviços e treinamento adequado para os que optarem por ele; direcionamento de tais serviços para as comunidades carentes, principalmente para a população mais jovem, com o objetivo de combater a marginalização e reduzir as desigualdades por meio do exercício da cidadania e da integração entre pessoas de camadas sociais distintas.

11 - Extensão a todos os jovens em idade de alistamento do direito de substituir o serviço militar pela prestação de serviços comunitários, escolhidos a partir de aptidões pessoais, com jornada adequada à disponibilidade do jovem, direito esse concedido hoje apenas àqueles que aleguem imperativo de consciência para fazer essa opção, e com remuneração; institucionalização desses serviços e treinamento adequado para os que optarem por ele; direcionamento de tais serviços para as comunidades carentes, principalmente para a população mais jovem, com o objetivo de combater a marginalização e reduzir as desigualdades por meio do exercício da cidadania e da

integração entre pessoas de camadas sociais distintas. Essas duas já estão automaticamente destacadas.

O estudante José Maria - Peço destaque.

A estudante Laura Dias - Peço destaque.

O estudante Marcelo - Peço destaque.

A estudante Hanna - Peço destaque.

O estudante ... - Peço destaque.

A estudante Cecília - Peço destaque.

O estudante Manuel - Peço destaque.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - 12 - Institucionalização de programas da Assembléia Legislativa de Minas Gerais que possibilitem a participação de estudantes, à semelhança de programas como o Parlamento Jovem. Algum destaque?

Passamos ao Subtema nº 3: Primeiro Emprego - 1 - Criação, pelo governo, de políticas de incentivo à formação de cooperativas de trabalho que priorizem a preparação dos jovens, com cursos profissionalizantes e orientação vocacional, visando à inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Algum destaque?

O estudante André - Peço destaque.

A estudante Alice - Peço destaque.

O estudante Diogo - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 2 - Ampliação do Programa Primeiro Emprego.

A estudante ... - Peço destaque.

O estudante José Maria - Peço destaque.

O estudante Marcelo – Peço destaque.

A estudante Marcela - Peço destaque.

O estudante Gustavo Cavalcanti - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 3 – Divulgação dos serviços, benefícios e direitos oferecidos pelo programa Primeiro Emprego e similares, tanto para empresas quanto para os cidadãos, incentivando assim a participação de todos. Algum destaque?

A estudante Camila - Peço destaque.

O estudante Vinícius - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 4 – Utilização da faixa etária e prova seletiva como principais critérios para seleção dos candidatos ao programa Primeiro Emprego, objetivando atingir todos os interessados em ingressar no mercado de trabalho. O programa deve ter caráter universal. Algum destaque?

O estudante Anael - Peço destaque.

A estudante Janaína - Peço destaque.

A estudante Marcela - Peço destaque.

A estudante Laura Dias - Peço destaque.

O estudante Rafael - Peço destaque.

O estudante Pedro Ivo - Peço destaque.

O estudante Gustavo Cavalcanti - Peço destaque.

A estudante Maria Cristina - Peço destaque.

O estudante José Maria - Peço destaque.

A estudante Jussara - Peço destaque.

A estudante Hanna - Peço destaque.

A estudante Sirlene- Peço destaque.

O estudante Reginaldo - Peço destaque.

A estudante... - Peço destaque.

A estudante Gisele - Peço destaque.

O estudante Thales - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 5 - Redirecionamento dos incentivos fiscais do governo para as empresas optantes por funcionários na condição de primeiro emprego. Algum destaque?

O estudante Vinícius - Peço destaque.

O estudante Gustavo Cavalcanti - Peço destaque.

O estudante Rafael - Peço destaque.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - As propostas nºs 6 e 7 estão automaticamente destacadas. 6 - Criação, pelo governo estadual, de programas sociais que ofereçam oportunidade de trabalho aos jovens recém-formados. 7 - Criação, pelo governo estadual, de programas sociais que ofereçam oportunidade de trabalho aos jovens recém-formados nas universidades - minoritária.

A estudante Marcela - Peço destaque.

A estudante Alícia - Peço destaque.

O estudante Thales - Peço destaque.

A estudante Júlia - Peço destaque.

O estudante Vinícius- Peço destaque.

O Sr. Presidente - 8 - Ampliação e melhoramento das escolas rurais, com oferta de ensino profissionalizante.

O estudante Henrique - Peço destaque.

O estudante Thales - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 9 - Exclusão da Proposta nº 8 - minoritária.

A estudante Marcela - Peço destaque.

A estudante Jussara - Peço destaque.

A estudante Débora - Peço destaque.

A estudante Hanna - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 10 - Modificação da Lei nº 14.697/2003, art. 3º, inciso XI, visando à fiscalização de todos os direitos assegurados pela legislação trabalhista, em especial aquele referente à jornada de trabalho do jovem, para assegurar seu tempo de estudo - minoritária.

O estudante ... - Peço destaque.

O estudante Thales - Peço destaque.

O estudante Gustavo Cavalcanti - Peço destaque.

O estudante Vinícius - Peço destaque.

O estudante Lucas - Peço destaque.

A estudante Gisele - Peço destaque.

A estudante ... - Peço destaque.

O Sr. Presidente - 11 - Criação, pelo governo do Estado, de cursos preparatórios para a qualificação do jovem, facilitando o seu ingresso no mercado de trabalho.

O estudante Jorge - Peço destaque.

A estudante Janaína - Peço destaque.

O estudante ... - Peço destaque.

O estudante Everton - Peço destaque.

O estudante Tiago - Peço destaque.

A estudante ... - Peço destaque.

A estudante Gisele - Peço destaque.

O estudante Gustavo - Peço destaque.

O Sr. Presidente - A fim de verificar o quórum, a coordenação solicita aos votantes presentes que levantem os crachás para fazermos a contagem. Todos assentados, e depois levantem os crachás.

Podem abaixar os cartões. Há 106 votantes, portanto são necessários 21 votos para a apresentação de novas propostas. A maioria simples é 54 votos.

Está encerrada a fase de pedidos de destaque. Passaremos agora à votação do Documento Final, salvo destaques. Então, votaremos todas as propostas que não receberam destaque. Os votantes que estiverem de acordo com as propostas que não receberam pedido de destaque levantem seus crachás.

Esclareço que votaremos todas as propostas que não receberam destaque. Vamos votá-las em bloco: do Subtema nº 1, as propostas 3, 8, 9 e 10; e do Subtema nº 2, as propostas 6 e 12. Todas as propostas do Subtema nº 3 foram destacadas.

Por favor, os votantes que estiverem de acordo com as propostas que não receberam pedido de destaque levantem seus crachás. (- Pausa.) Está aprovado o Documento final, salvo destaques.

A coordenação esclarece que novas propostas poderão ser apresentadas, as quais devem ser formalizadas por escrito, até às 16h30min, e entregues na mesa da assessoria, ao lado da tribuna, à minha esquerda.

Lembrem-se de que, para essas novas propostas serem aprovadas, são necessárias pelo menos 25% das assinaturas dos presentes, ou seja, 21 assinaturas.

Passamos à discussão, votação e aprovação dos destaques. Será concedida a palavra, por até 2 minutos, aos interessados em manifestar-se. A título de esclarecimento, para cada proposta que vocês pedirem destaque, sempre que houver uma pessoa a favor, deve haver uma contra, ou vice-versa, para garantirmos o equilíbrio.

Proposta nº 1. Subtema: Direito à informação e à comunicação. André e Israel são contra. Com a palavra, por ordem de inscrição, o André.

O estudante André - Proporei à Mesa que aglutinemos a Proposta nº 1 com a Proposta nº 2. Como meu colega disse, isso já vem acontecendo e estamos querendo estender a todas as cidades, já que algumas cidades mineiras não possuem nem luz.

O estudante Israel - Boa tarde. Completando a fala do nosso amigo, a divulgação já é feita, entretanto ocorre um pequeno déficit. Não há divulgação em todos os meios e, mesmo assim, a Casa ainda continua sendo uma das mais cheias no PPAG. A proposta do balanço de todas as obras públicas estaduais, para avaliar seus representantes, é uma proposta dentro da mesma, e os balanços de todas as obras públicas já são feitos pelo Executivo, passando para o Legislativo.

Dessa forma, um cidadão normal perde o interesse no orçamento da União quando divulgado no meio televisivo, e, então, muda de canal. São necessários programas informativos para a massa, e não programas de divulgação. Portanto deve-se informar o cidadão, em vez de mostrar-lhe tudo pronto. É preciso fazer o processo, e não deixar tudo no finalmente.

O Sr. Presidente - Em votação, a aglutinação da Proposta nº 1 com a Proposta nº 2. Esclareço que, nas votações, todos devem permanecer assentados, para facilitar a contagem. Quem for a favor da aglutinação levante o crachá. (- Pausa.) Quem for contrário à proposta, por favor, levante o crachá. (- Pausa.) Verifica-se, de plano, que ganhou a proposta de aglutinação. Fica, portanto, a Proposta nº 1 aglutinada à de nº 2.

Passaremos à votação da Proposta nº 4, com destaque apresentado por Janaína.

A estudante Janaína - Destaquei essa proposta para a inclusão do ensino fundamental, pois, no subtema "Participação política", há oficinas, algo semelhante que inclui a 5ª e a 7ª séries.

O Sr. Presidente - Em votação, a inclusão do termo "ensino fundamental" no texto da Proposta nº 4. Os que forem contrários a essa inclusão, por favor, levantem o crachá. (- Pausa.) Verificamos, de plano, que está aprovada a inclusão.

Em votação, a Proposta nº 5. Quem pediu destaque? Manoel, Lucas, Camila e André. Algum deles é a favor da proposta?

A estudante Camila - Boa tarde. Gostaria que fosse incluída na proposta a criação de rádio nas escolas privadas, pois o texto faz referência apenas às escolas públicas.

O Sr. Presidente - Alguém é contrário a esse destaque?

O estudante Manoel - No Colégio Santo Antônio, temos uma experiência que traria resultados semelhantes ao que está sendo proposto, porém de forma simplificada. O nosso grêmio possui microfones em sua sala e alto-falantes espalhados pelos pátios da escola, capazes de divulgar o que for de interesse dos alunos, sem precisar de uma rádio para isso. Propomos que as escolas estaduais tentassem adquirir esses equipamentos. Se isso não fosse possível, que fosse pedido à direção da escola que solicitasse recurso junto ao governo. Isso seria mais simples que criar uma rádio. Os alunos, por meio do grêmio, podem divulgar o que for de seu interesse. Portanto propomos a supressão dessa proposta.

O estudante Lucas - Galera, primeiramente era contrário a essa proposta; agora quero propor a inclusão das escolas privadas. Sou contrário à proposta do grêmio, porque, em muitas escolas, ele não existe. Como as escolas estaduais, com grêmio ou não, terão recurso para a aquisição de alto-falantes? Sou favorável à criação de rádios, que passem informações aos alunos, em escolas públicas e privadas.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - Então, primeiramente, colocaremos em votação a supressão da proposta. Quem for a favor da supressão da proposta levante os crachás. (-

Pausa.) Quem for contra a supressão da proposta levante os crachás. (- Pausa.) Está mantida a proposta.

Os estudantes a favor da inclusão da expressão "e privada" na proposta levantem os crachás. (- Pausa.) Aprovada.

Com a palavra, a estudante Janaína, para apresentar destaque à Proposta nº 6.

A estudante Janaína - Pedi destaque à proposta para apresentar uma modificação, ou seja, para acrescentar a expressão "e privadas" após "faculdades e universidades públicas com a Rede Alternativa".

O Sr. Presidente - Há alguém contra essa modificação? (- Pausa.) Então vamos colocá-la em votação. Quem for favor da inclusão da expressão "e privadas" levante os crachás. (- Pausa.) Aprovada.

Com a palavra, o estudante Marcelo, para apresentar destaque da Proposta nº 7.

O estudante Marcelo - Boa tarde. Pedi destaque da Proposta nº 7 por entender que possui o mesmo objeto da Proposta nº 8, qual seja, "incentivar o funcionamento da rede alternativa". Uni as duas propostas. Posso ler?

O Sr. Presidente - Sim.

O estudante Marcelo - "Reativação do Conselho de Comunicação Social de Minas Gerais, com incentivo financeiro do governo e empresas privadas, para implantação e funcionamento da Rede Alternativa".

O Sr. Presidente - Há alguém contra? (- Pausa.) Com a palavra, o estudante Diogo.

O estudante Diogo - Ressalto que é muito difícil conseguir esse apoio da iniciativa privada e até mesmo do governo. A Rede Alternativa deveria, em primeiro lugar, focar um planejamento estratégico para cortar custos, além de prever capacidade e autonomia para conseguir sobreviver sem essa necessidade.

O Sr. Presidente - Você é contra? Então quer suprimir a proposta.

Primeiro, colocaremos em votação a supressão da proposta. Quem for a favor da supressão da Proposta nº 7 levante os crachás. (- Pausa.) Quem for a favor da manutenção da proposta levante os crachás. (- Pausa.) A Proposta nº 7 foi suprimida.

Com palavra, a estudante que solicitou o destaque.

A estudante ... - Destaquei essa proposta porque nela está escrito: "Participação das rádios comunitárias nos lucros gerados pelos eventos culturais divulgados por ela". Ora, deve-se pagar por todo evento cultural que se quer lançar em uma rádio. Por isso, o horário é pago. Então, não há necessidade de se fazer uma proposta de algo que já acontece. Somos contra a proposta. Queremos sua supressão.

O estudante ... - Quero também destacar que a rádio não pode pegar o lucro de uma festa, da participação de uma empresa ou da pessoa que fez a festa simplesmente porque é uma rádio alternativa. Se isso acontecesse, todas as rádios fariam isso e não haveria mais

festa. A rádio deveria cobrar, como o faz com a publicidade da festa, o que já bastaria para seus custos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o estudante.

O estudante ... - As rádios precisam de lucros para se manter. No caso, a maioria das rádios estão fechando por motivos simples, por contas de água ou de luz que não são pagas, ou seja, pelo básico que não conseguem pagar para se manter. No caso, as rádios promovem eventos para obter uma certa percentagem dos lucros, para que possam se manter e para que não acabem, como está acontecendo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o estudante Davidson.

O estudante Davidson - Como o Mateus falou, as rádios comunitárias não têm participação, não recebem incentivo. As propagandas veiculadas pelas rádios comunitárias não podem ser remuneradas. Sendo assim é necessário que tenham incentivo, porque senão acabam fechando por falta de recursos para o pagamento de contas de água, luz e telefone.

Essa é a proposta de participação das rádios comunitárias nos lucros gerados pelos eventos culturais divulgados por elas, pois elas podem divulgar os eventos culturais dentro de suas comunidades. Se esses eventos geram lucros, que elas possam participar desses lucros, como uma maneira de assegurarem algum tipo de recurso para pagarem, pelo menos, o que é básico.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a estudante.

A estudante ... - Acho que esse seria o único meio de as rádios obterem lucros para se manter. Caso contrário, como poderão obter lucros?

O Sr. Presidente - Em votação, a supressão desta proposta. Quem é favorável à supressão desta proposta levante o crachá, por favor. (- Pausa.) Quem é a favor desta proposta levante seu crachá, por favor. (- Pausa.) A proposta está aprovada.

Passaremos ao Subtema nº 2: "Participação Política". Para a primeira proposta, destaque de Andréia, do Santo Antônio; Marcela, do Estadual Central; e Cecília, do Santo Antônio.

A estudante ... - Boa tarde. 1 - Aprimoramento dos mecanismos de participação política previstos na Constituição Estadual e inclusão, entre eles, da prática de visitas pelas escolas públicas e privadas. Devido aos trabalhos da Assembléia, não há uma carga horária disponível para que todas as escolas possam vir a esta Casa. Poucas escolas viriam, e haveria uma falsa participação política efetiva, de forma a propiciar o contato de estudantes, professores e pais. Seria inviável trazer os pais de alunos para ver o funcionamento da Assembléia. Portanto a carga horária da Assembléia não poderia admitir essa proposta. Obrigada.

O Sr. Presidente - Você é a favor da supressão ou da modificação da proposta?

A estudante... - Sou a favor da supressão.

O estudante... - Sou a favor da supressão. Como há muitas escolas públicas e privadas, a Assembléia não conseguiria atender

todas elas. É totalmente inviável trazer todas as escolas para uma visita.

O Sr. Presidente - Marcela, você é favorável à supressão da proposta?

A estudante Marcela - Quero uma modificação. Em vez de aprimoramento, divulgação dos mecanismos que já existem. Conforme duas pessoas falaram, não há carga horária para isso.

O estudante ... - Sou contra a supressão da proposta. Não está escrito na proposta que as pessoas têm de vir à Assembléia. Tampouco está escrito que deve haver carga horária necessária para que isso aconteça. Se o Deputado vai à escola ou se a escola vem aqui, é algo a ser discutido. O intuito da proposta é simplesmente aproximar a população. Trata-se de mais um mecanismo de aproximação do Deputado com seu eleitorado; um espaço para o Deputado divulgar suas propostas e receber algumas demandas. Se ocorre na Assembléia Legislativa ou no colégio, isso não importa. O importante é que haja mais um mecanismo de aproximação do eleitor com o Deputado.

O Sr. Presidente - Colocaremos em votação a supressão da proposta. Quem for a favor da proposta, por favor, levante os crachás. (- Pausa.) Quem for a favor da manutenção da proposta original levante os crachás. (- Pausa.) A proposta está mantida. Em votação, a modificação proposta, referente ao aprimoramento dos mecanismos de divulgação. Quem for a favor da modificação levante o crachá.(- Pausa.) Quem for a favor da manutenção da proposta original levante o crachá.(- Pausa.) A proposta está modificada. Em vez de aprimoramento, divulgação dos mecanismos de participação.

Destaques das Propostas nºs 2 e 3, que se contradizem. Com a palavra, Janaína, Marcelo e José Maria.

A estudante Janaína - Sou a favor da supressão dessa proposta porque ela foi incluída na Proposta nº 4, referente ao direito à informação e comunicação, que já foi aprovada.

O Sr. Presidente - Esclareço que o destaque foi feito para definir se será a partir da 5ª ou da 7ª série. Essa é a divergência da questão.

O estudante Marcelo - O meu destaque é para retirar a palavra "oficinas" e inserir "disciplinas". Lerei o significado de cada uma. A etimologia da palavra "oficina" vem do latim, e quer dizer oficina, tenda, fábrica, manufatura e "workshop"- curso. A palavra "disciplina" também vem do latim e quer dizer ação de instruir, educação, ciência, ordem, sistema, princípio de moral. O mais indicado para a questão seria a ação de instruir, porque "oficina" é insuficiente. Sendo assim, o ideal seria a palavra "disciplina" porque consciência cidadã é uma coisa que todos devem ter, e não vemos isso acontecer hoje no Brasil. Essa substituição serve para fazer com que o Brasil forme cidadãos, no sentido real. Obrigado.

O Sr. Presidente - Veremos quem é a favor ou contra, a partir da 5ª série e 7ª série, para resolver a questão.

A estudante ... - Sou a favor da 5ª série, porque, se desde cedo os alunos derem atenção merecida à política, obterão mais conhecimentos quando forem participar de projetos como o Parlamento Jovem, entre outros.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - Quem é a favor ou contra?

O estudante ... - Sou contra a modificação da palavra "oficinas". Posso argumentar o motivo?

O Sr. Presidente - Sim.

O estudante ... - Cidadania não é algo que deva ser ensinado de cima para baixo; de professor para aluno, mas sim construída em conjunto, por meio de debates e discussões. Nesse sentido, "oficina" é uma palavra que cai perfeitamente bem e precisa ser aprimorada e trabalhada com ferramentas. Não é somente disciplina que é algo educativo, mas também oficina. Por isso sou a favor da manutenção dessa palavra. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Tudo bem! Passaremos para a votação. Quem for a favor de oficinas de cidadania a partir da 5ª série levante o crachá. (- Pausa.) Quem é a favor a partir da 7ª série? (- Pausa.) A Proposta nº 3 já está eliminada. Ficará a Proposta nº 2, que é inserção de oficinas de cidadania a partir da 5ª série.

Colocaremos em votação agora a modificação da palavra "disciplina" no lugar de "oficinas". Quem é a favor da modificação? (- Pausa.) Quem é a favor da manutenção da palavra "oficinas". (- Pausa.) Então, fica aprovada a inserção de oficinas de cidadania.

Passaremos para a Proposta nº 4.

A estudante Janaína - Sr. Presidente, solicitei a supressão da proposta, porque o objetivo dela está em outra, que, aliás, já foi aprovada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o estudante Marcos Vinícius.

O estudante Marcos Vinícius - Boa tarde! Essa proposta de divulgação sobre a Comissão de Participação Popular e os programas realizados pela Assembléia já está incluída no primeiro subtema, que, aliás, está na primeira lei - divulgação para todas as cidades do Estado -, votada e aprovada. Sr. Presidente, é aquela supressão.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o estudante Henrique.

O estudante Henrique - Sou a favor da proposta, porque a divulgação deve permanecer aberta para a maior parte da população, e não para poucas pessoas. Se abrirmos esse raio de ação, incentivaremos e ampliaremos a participação de todos os cidadãos. Era o que tinha a dizer.

O Sr. Presidente - Colocaremos em votação pela supressão, ou não, da proposta. Quem for a favor da supressão da proposta levante o crachá. (- Pausa.) Quem for a favor da manutenção levante os crachás. (- Pausa.) Fica, então, suprimida a proposta.

Retornaremos à Proposta nº 2 em função de não termos colocado em votação a supressão da proposta sugerida pela Janaína.

Passarei à leitura da redação da proposta: "Inserção de oficinas de cidadania nas escolas públicas estaduais, a partir da 5ª série do ensino fundamental, ministradas por profissionais da área de ciências sociais, utilizando didática adequada, e divulgação dessa experiência visando à sua ampliação para a rede pública municipal e para a rede privada." Quem for a favor da supressão da Proposta nº 2

levante os crachás. (- Pausa.) Quem for a favor da manutenção levante os crachás. (- Pausa.) Fica, então, mantida a proposta.

Passaremos à 5ª proposta. Com a palavra, o estudante Diogo.

O estudante Diogo - A proposta diz respeito à criação, na TV Assembléia, de programa educativo. Um curso pela televisão é muito dispendioso e pouco proveitoso. Essa não é a melhor forma para se transmitir conhecimento; há outras formas. Além disso, também foge à proposta da TV Assembléia, que é divulgar o que acontece aqui dentro.

A estudante ... - Sou a favor da proposta, mas com modificação. O texto fala da criação, na TV Assembléia, de um programa educativo. Temos que estender isso a todos os jovens do Estado, e não somente aos de Belo Horizonte. Por outro lado, não é toda TV que transmite os programas da TV Assembléia. Na minha casa, por exemplo, antes de termos TV a cabo, não tínhamos acesso à TV Assembléia. Portanto sugiro a ampliação do canal da TV Assembléia para o canal aberto e a criação do programa educativo, seja com a presença dos jovens, seja com a de algum Deputado, seja por meio de entrevista, independentemente do tempo, e precisa ser informativo.

A estudante ... - Proponho a modificação da expressão "na" por "pela".

O Sr. Presidente - Entendido. Troca da expressão "na" por "pela". Vamos colocar em votação a supressão. Quem é a favor da supressão da proposta levante o crachá. (- Pausa.) Quem é a favor da manutenção levante o crachá. (- Pausa.) Aprovada a manutenção da proposta.

Agora vamos colocar em votação a modificação feita pela Laura. Quem é a favor da modificação levante o crachá. (- Pausa.) Quem é contra a modificação levante o crachá. (- Pausa.) Aprovada a modificação da proposta. (- Palmas.)

Vamos votar a Proposta nº 7. Destaque de Janaína.

A estudante Janaína - Sou a favor da supressão da proposta porque esta se encaixa em outras propostas que já foram aprovadas.

O Sr. Presidente - Alguém é a favor?

A estudante Janaína - Foi aprovada a aglutinação da 1 e da 2, do Direito à Informação e à Comunicação.

O Sr. Presidente - Alguém deseja defender o contrário? (- Pausa.) Em votação. Quem é a favor da supressão da Proposta nº 7 levante o crachá. (- Pausa.) Quem é a favor da manutenção da proposta levante o crachá. (- Pausa.) Aprovada a supressão da proposta.

Peço que sejam mais breves para que possamos votar todas as propostas. Vamos passar para a Proposta nº 8. Destaque de Laura, Camila, Ana Paula, Lucas e Letícia.

A estudante Laura - Acho que a Proposta nº 8 é muito parecida com a Proposta nº 1, do Subtema nº 1. Sugiro a supressão dessa proposta ou a aglutinação com a Proposta nº 1, do Subtema nº 1, que já foi aglutinada com a Proposta nº 2.

A estudante Camila - Também peço a supressão desta, pois não se encaixa no segundo subtema; apenas no primeiro.

A estudante Ana Paula - Proponho ou a supressão ou a aglutinação, pois, apesar de a população ter o direito de conhecer os

balanços, poucos terão o interesse de acompanhá-los, fazer os cálculos e tudo o mais, portanto a eficácia será pequena.

O estudante Lucas - Sou a favor dessa proposta, pois visa trazer ao conhecimento da população a forma como o governo está gastando seu dinheiro. Mesmo que não traga muito interesse, há um momento em que as pessoas se perguntam como o dinheiro público está sendo gasto.

Ela está no grupo certo, da participação política, uma vez que incentiva as pessoas a questionar o fato de o governo gastar certo valor com viaturas e outro com a reforma de escolas. Essa proposta realmente estimula a participação política.

A estudante ... - Para muitos, haverá realmente divulgação, mas será que vai ser feita corretamente? Será que colocarão lá todos os números de todas as contas que gastaram? Será que realmente poderemos confiar nas informações? Acredito que não. (- Palmas.)

O estudante Lucas - Não é esse o foco da proposta. Seu objetivo é informar às pessoas a maneira como o dinheiro do Estado está sendo aplicado. Assim, o indivíduo estará bem informado quando quiser entrar em um programa de participação política.

O Sr. Presidente - Vamos votar, então, a aglutinação das Propostas nºs 1 e 2. Quem é a favor da aglutinação? (- Pausa.) Quem é a favor de manter da forma como está, sem aglutinar? (- Pausa.) Quem é favorável à supressão da proposta? (- Pausa.) A proposta foi suprimida.

Passaremos à Proposta nº 9. Há destaques de Sara e Diogo.

A estudante Sara - Peço a supressão dessa proposta, já que está contida nos itens 5 e 6 do primeiro subtema, que foram aprovados, e no item 7, que foi suprimido. Portanto seu contexto está no primeiro subtema, e não no segundo.

O estudante Diogo - É muito difícil conseguir apoio e dinheiro do governo para isso. Já dispomos de recursos que podem ser mais bem aproveitados. Existem muitas idéias boas, mas o foco da proposta é buscar apoio e dinheiro do governo. Defendo utilizarmos o que temos de uma melhor forma, em vez de tentar conseguir ajuda externa.

Quanto à educação, por exemplo, por que o governo tem que nos ensinar? Há muitas pessoas interessadas em transmitir conhecimentos técnicos, de administração, de rádio, etc. Na PUC, por exemplo, os estudantes têm interesse de nos passar os conhecimentos sobre cidadania. Por que não usar as pessoas de outros cursos e de outras universidades que desejam transmitir conhecimento? Eles podem nos orientar sobre como podemos ganhar dinheiro ou adquirir conhecimento. Há um enorme potencial que podemos usar, ao invés de pegar dinheiro com o governo. Temos muito recurso mal utilizado. Devemos tentar isso primeiro, ao invés de buscar governos e ONGs.

O Sr. Presidente - Quem é a favor da supressão da proposta? (- Pausa.) Quem é a favor da manutenção da proposta? (- Pausa.) Aprovada a supressão da proposta.

Agora passaremos às Propostas nºs 10 e 11. Vamos nos limitar a dois destaques a favor e dois contra. A polêmica é "ajuda

de custo" ou "remuneração". Vamos ouvir duas opiniões a favor e duas contra. Quem é a favor de colocar "ajuda de custo"?

O estudante Adão - Defendo a Proposta nº 10. Fizemos uma pesquisa em que constatamos que 95% de todos que se alistam no Exército são deixados de lado. Apenas 5% viram soldados. A área de atuação seria grande. Defendo a ajuda de custo, porque, se remunerar, não será um trabalho comunitário, será um emprego. O Estado não poderá pagar o salário para o contingente de jovens que irão querer.

Nas discussões, perguntaram sobre a possibilidade de não haver jovens para o Exército. Isso já foi implantando em Portugal, e não houve problema porque o Exército tem pouco dinheiro para muita gente. Assim eles soltam muita gente. Já estão tentando implantar isso no Chile.

O Sr. Presidente - Agora um destaque a favor da remuneração.

A estudante ... - Sou a favor de "com remuneração". Imaginem que uma pessoa não deseja se alistar e vai fazer o trabalho de assistência social. Vocês acham que essa pessoa vai querer uma ajuda no lanche e na passagem e deixar de trabalhar em outro lugar onde receberia um salário? Quem vai querer isso? Sem falar da exclusão das pessoas que realmente precisam e têm a obrigação de escolher.

O estudante Daniel - Estou fazendo o destaque agora. Sou a favor da proposta. A nossa amiga do outro colégio disse que se trata de assistência social, mas não. É diferente, é serviço comunitário, pois a pessoa não deixaria de desenvolver outras atividades. Como

está escrito, seria uma jornada de trabalho adaptável à disponibilidade do jovem para que desenvolva atividades paralelas normais, como estudo ou outra forma de trabalho. Além disso, a proposta pela ajuda de custo engloba um problema: uma das causas de dispensa de 95% dos jovens alistados nas Forças Armadas é corte de gastos com esse tipo de coisa pelo governo. Eles precisam reduzir o contingente e pegam apenas o mínimo necessário. Se colocar uma remuneração, complicaria, pois entraria em choque com a política de redução de gastos. Sugiro que a Proposta nº 11 seja suprimida. Na Proposta nº 10, destaco que o foco central não é a prestação de serviço comunitário como principal atividade do jovem, mas como atividade de desenvolvimento da cidadania, paralela às suas atividades normais.

O Sr. Presidente - Mais um favorável à expressão "com remuneração".

A estudante ... - Quero fazer uma alteração. Aqui diz substituir o serviço militar; trocaria por incluir no serviço militar, senão diminuirá muito.

O Sr. Presidente - Vamos resolver uma coisa primeiro para, depois, passar para outra. Vamos colocar em votação para decidir se ficará "com ajuda de custo" ou "com remuneração". Quem for favorável à Proposta nº 10, "com ajuda de custo", levante o crachá. (- Pausa.) Quem for favorável à Proposta nº 11, "com remuneração", levante o crachá. (- Pausa.) A Proposta nº 11 está fora.

Alguém sugere alguma modificação para a Proposta nº 10?

A estudante ... - O nosso contexto é participação política, e isso requer a inserção dos segmentos da sociedade na política. Essa proposta traz apenas a inserção dos homens na idade de alistamento militar; não garante que toda a sociedade participe, pois exclui determinadas camadas.

O Sr. Presidente - Alguém fará a defesa?

O estudante ... - A frase "Os jovens serão os adultos de amanhã" já está gasta. Então, começar a educar os jovens, a desenvolver sua cidadania, pode ser a saída para desenvolver a consciência política desses jovens que serão os adultos de amanhã. Esse foi o argumento usado pela nossa colega. Considero-o inválido, pois temos de começar de alguma forma. Então, por que não começar com o jovem, que pode ser alguém tão importante no futuro?

Além disso, fomos questionados como isso pode ter alguma influência na participação política. Em geral, o brasileiro não tem consciência política, e uma maneira de desenvolvê-la é por meio da cidadania. A participação política não é feita apenas pela fiscalização e pela participação direta na política, mas também por atos de cidadania e pelo conhecimento de cada um de como poderia integrar-se à sociedade.

Portanto não considero cabível os argumentos usados, pois a integração dos jovens de sociedades diferentes é uma maneira de participação (- Palmas.)

A estudante ... - Quero pedir a supressão dessa proposta, pois, apesar de conter boas intenções, não está no contexto utilizado agora.

O Sr. Presidente - Por favor, sejam mais diretos.

A estudante ... - Quero trocar a palavra "substituir" por "incluir" no serviço militar. Se deixar que as pessoas escolham alistar ou prestar serviços comunitários, ninguém se alistará no Exército. Acredito ser melhor trocar a palavra "substituir" por "incluir".

O Sr. Presidente - Vamos colocar em votação a proposta. Não podemos abrir muito o debate, pois não haverá tempo.

O estudante ... - Acredito ser importante este debate, pois não tivemos oportunidade de responder a alguns tópicos. Como sabem, o serviço militar é um dever de todo cidadão do sexo masculino. O intuito da nossa proposta não é excluir os cidadãos, muito pelo contrário, é incluí-los, dar-lhes opção. Além da opção de prestar o serviço militar, a pessoa também terá a opção de prestar um trabalho comunitário. Isso é participação política, sim, por quê? Quando optamos por ajudar a comunidade, outras pessoas ou jovens de classes sociais diferentes, é uma opção política. Em vez de pegarmos em armas, construiremos casas ou escolas, ensinaremos informática, transmitiremos conhecimento e colaboraremos para o avanço da sociedade, a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais pobres. Isso é participação política. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Há alguém contrário a essa posição?

A estudante ... - Há também o argumento de que isso já ocorre em outros países e dá certo. Mas a garantia de que isso dá

certo em outros países não nos dá a garantia de que dará certo no Brasil. São realidades diferentes.

O Sr. Presidente - Primeiramente, votaremos a supressão da proposta. Quem é favorável à supressão da proposta? (- Pausa.) Quem é favorável à manutenção da proposta? (- Pausa.) A proposta está mantida. (- Palmas.)

Votação da modificação da palavra "substituir" para "incluir". Quem for a favor da modificação levante o crachá. (- Pausa.) Quem for a favor de manter a proposta como está, com a palavra "substituir", levante o crachá. (- Pausa.) A proposta foi modificada, com a palavra "incluir" no lugar de "substituir".

Proposta nº 1, do Subtema "Primeiro Emprego". André, Alice e Diogo. Tentemos ser mais diretos. Com a palavra, Alice.

A estudante Alice - A intenção que tive, ao destacar esta proposta, foi de reforçá-la, porque muita gente não entendeu qual a sua essência. O valor desta proposta é o seguinte: a divergência entre classes sociais, pobres e ricos, escolas particulares e públicas, é algo que existe há muitos anos, e não podia existir. Não interessa se a pessoa está pagando ou não, o que interessa é que está aprendendo. Com esses cursos e a orientação vocacional, acabaríamos com essa pirâmide econômica e com essa divergência entre as classes, colocando todos num patamar só, com os mesmos conhecimentos e aprendendo o mesmo. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, André.

O estudante André - Serei breve e peço que todos prestem bastante atenção. Gostaria de aglutinar esta proposta e a nº 11, que

tratam basicamente do mesmo assunto. Se aglutinarmos, iremos mais rápido e chegaremos aonde todos querem. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Diogo.

O estudante Diogo - A idéia da proposta é muito boa. Concordo que os cursos profissionalizantes seriam quase vitais para uma concorrência mais justa no mercado atual. Porém há alguns problemas. Um deles é que, se o governo disponibilizasse esses cursos, em primeiro lugar, não conseguiria disponibilizá-los para todo mundo. Então, seria um direito para alguns, porque um curso para toda a população e todos os estudantes da rede pública, por exemplo, geraria um custo, acredito que com o qual o governo não tenha capacidade de arcar.

A iniciativa de educar não precisa partir do governo. Está comprovado, no mundo inteiro, que a melhor forma de aprender é ensinar. Se uma pessoa está realmente interessada em aprender, ela ensina. Por isso falo tanto nos grandes centros de geração de conhecimento, nas universidades, porque esse pessoal é o que quer aprender. E a melhor forma de aprender é ensinar, transmitir esse conhecimento, porque essa idéia é vital. (- Palmas.)

Sou a favor da proposta, mas com algumas modificações. Que não seja só pelo governo, mas também pela iniciativa dos grandes centros de ensino.

O Sr. Presidente - Em votação, a proposta, do modo como está redigida. Quem for favorável a ela levante os crachás. (- Pausa.) Está aprovada, por maioria simples. Em votação, a aglutinação da Proposta nº 1 com a de nº 11. Quem é a favor da aglutinação? (-

Pausa.) Quem é contrário à aglutinação? (- Pausa.) Está aprovada a aglutinação da Proposta nº 1 com a de nº 11. Em votação, a Proposta nº 2, com apresentação de destaques por José Maria, Marcelo, Marcela, Gustavo e Aila.

A estudante Marcela - Sou a favor da supressão dessa proposta, por vários motivos. Primeiro, estamos ampliando o programa Primeiro Emprego, que já existe. Aqui, estamos apresentando uma proposta pedindo a eles que o ampliassem. Além disso, da forma como foi redigida, está muito vago.

O Sr. Presidente - Ela é a favor da supressão. Agora, com a palavra, uma pessoa que seja favorável à manutenção da proposta.

O estudante ... - Sou favorável à aglutinação das Propostas nºs 2 e 4. A Proposta nº 4 diz o mesmo que a de nº 2. A redação seria a seguinte: "Ampliação do primeiro emprego, visando atingir todas as camadas sociais. O programa deve usar faixa etária e prova seletiva como principais critérios para a seleção dos candidatos, objetivando atingir todos os interessados em ingressar no mercado de trabalho. O programa deve ter caráter universal.". Penso da seguinte maneira: se isso for feito, a desigualdade social acabará e será mostrado ao aluno da escola pública que ele é capaz de ingressar no mercado, concorrendo com os demais.

O Sr. Presidente - Há mais alguém favorável à supressão da proposta?

O estudante ... - Boa tarde. Sou a favor da supressão, pois, na Proposta nº 3, está escrito: "Divulgação dos serviços, benefícios e direitos oferecidos pelo programa Primeiro Emprego".

Divulgar os benefícios e direitos é uma forma de ampliação do programa. Então, em relação à Proposta nº 2, estamos chovendo no molhado, pois a de nº 3 já é uma forma de ampliação do programa.

O Sr. Presidente - Há alguém favorável à proposta?

A estudante Aila - Sou favorável à proposta, porque, se colocarmos a expressão "divulgação e ampliação", não ficará restrito apenas ao que está disposto na outra proposta. Ampliação pode abranger várias outras coisas, não apenas o que foi citado.

O Sr. Presidente - Em votação, a supressão da proposta. Quem é a favor da supressão da proposta? (- Pausa.) A proposta está suprimida, por maioria absoluta.

Passaremos à Proposta nº 3, que será destacada por Camila e Vinícius.

A estudante Camila - Retiro o meu destaque.

O Sr. Presidente - Certo.

O estudante Vinícius - A divulgação de serviços e benefícios oferecidos pelo Primeiro Emprego já é feita pelo Ministério Federal. Por ser um programa federal, por que o Estado deve fazer a divulgação? Por isso peço a supressão dessa proposta.

O Sr. Presidente - Você é a favor?

A estudante Alice - Antes de participar do Parlamento Jovem, alguém tinha noção do que seria o programa Primeiro Emprego? (- Pausa.) Eu estava ciente da existência desse programa, mas não conhecia a dimensão. Precisamos divulgá-lo, pois nem todas as pessoas que podem participar dele o conhecem. Então, por que não divulgá-lo,

de forma que todos saibam como ele funciona? Ademais, com a divulgação, as pessoas poderão ser informadas dos seus direitos? (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Vamos colocar em votação a supressão da proposta. Quem for a favor da supressão da Proposta nº 3 levante o crachá. (- Pausa.) Quem for a favor da manutenção da proposta levante o crachá. (- Pausa.) Está aprovada a proposta.

Passaremos à Proposta nº 4, que será destacada. Com a palavra, Anael.

O estudante Anael Ramom Batista - Boa-tarde a todos! Em primeiro lugar, o Primeiro Emprego destina-se a jovens cuja família perceba renda mensal "per capita" de meio salário mínimo. Ou seja, trata-se da metade de um salário para cada pessoa da família. Se pensarmos em uma família composta de quatro pessoas, essa renda seria de R$700,00. Como podemos universalizar o programa, estabelecer uma relação de igual para igual entre os alunos que participam da seleção, considerando-se a prova e a faixa etária, se vivemos em uma sociedade em que muito dinheiro é concentrado no poder de poucos e pouco dinheiro nas mãos de muitos? Como estabelecer uma relação de igual para igual entre um estudante de escola pública e outro de escola particular se, hoje em dia, assistimos a tamanha desigualdade social em nosso país?

Sabemos que os pais de um estudante de escola pública que tem direito ao Primeiro Emprego não possuem dinheiro sequer para suprir as necessidades básicas. Como precisam arcar com despesas de água, luz, telefone e alimentação, não sobram recursos para pagar uma

escola particular, um curso técnico para seu filho. No entanto pretendem pôr um estudante de escola pública, que se encontra nessas condições, para competir com outro de escola particular. Será que não estaremos diante de uma grande desigualdade? Será que a universalização será viável, ou existirá apenas no papel? Será que a competição realmente se dará entre iguais? Duvido... (- É interrompido.)

O Sr. Presidente - Anael, seu tempo está esgotando-se.

O estudante Anael Ramom Batista - Vou concluir. Ao analisar o currículo, o empregador levará em conta se a pessoa estudou em escola pública ou particular, já que a formação, infelizmente, conta muito. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Quem for a favor da proposta poderá falar.

A estudante Júlia Mendes Ribeiro - Sou a favor da mudança. De acordo com a proposta, esses critérios não serão os únicos, mas os principais a serem avaliados. Se estamos falando em prova seletiva, não se levará em conta se o aluno é de escola particular ou pública. Se ele for capaz de passar na prova, entrará no programa.

O Sr. Presidente - Agora, quem for contra a proposta poderá manifestar-se.

A estudante Maria Cristina - Sou Maria Cristina, aluna da PUC. Não sou contra, gostaria apenas que houvesse uma reformulação da proposta tirando essa prova seletiva. Essa seleção certamente será

excludente. Por quê? Sabemos que os alunos de escola pública não podem concorrer em pé de igualdade com os de escola privada.

Isso é visível. Trabalho com adolescentes que, se forem fazer prova de seleção, certamente serão eliminados. Gostaria que houvesse uma reformulação da proposta.

O Sr. Presidente - Com a palavra, uma estudante.

A estudante ... - Pedi destaque e quero falar sobre a mudança. Em vez do termo "faixa etária e prova seletiva", deveria ser mudado "prova seletiva" por "entrevista, porque uma prova não é suficiente para atestar a capacidade de uma pessoa, que muitas vezes, no momento da prova, está realmente nervosa. Se a entrevista for feita por pessoas capacitadas, será muito melhor para a avaliação da pessoa, ou seja, da sua capacidade real. Minha proposta é a de mudança do termo "prova seletiva" para "entrevista" e também de tirar o "caráter universal".

O Sr. Presidente - Com a palavra, um estudante a favor.

O estudante ... - Para defender a proposta, vou explicá-la. A utilização da faixa etária é para não fugir; e a prova seletiva abrangerá todos os que querem participar. Sendo de escola pública ou privada, eles não vão analisar o currículo, e quem quiser realmente estar ali dentro estudará e participará.

Depois fala dos principais critérios, que variará de cada um. A prova seletiva poderá ser também a entrevista, e vai variar de quem a aplicará. Fala também que: "objetivará atingir todos os interessados". Quem são todos os interessados? Todos os jovens,

independente de ser asiático, branco, católico ou espírita. Não importa, são todos os jovens.

Depois ele fala que o programa deve ter caráter universal. Se é assim, não excluirá nem ajudará ninguém. Com a Proposta nº 1 aprovada, e esses cursos todos, estará no mesmo patamar.

O Sr. Presidente - Com a palavra, uma estudante.

A estudante Cirlene - Meu nome é Cirlene e sou da Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Laje. Então, sou contra essa proposta porque o objetivo do programa é incluir a qualificação profissional dos jovens e incentivar o empreendedorismo. Isso mostra o quanto o sistema educacional público brasileiro é deficiente. O aluno não está saindo preparado das escolas para enfrentar a realidade do mercado capitalista.

Deve ser levado em conta que, segundo o Ipea, o gasto para manter-se um aluno na escola pública é R$700,00 por ano. Igualdade quer dizer direitos iguais a todos, o que não acontece. Essa proposta é inviável e só reafirma o caráter excludente da sociedade brasileira. Antes de se apresentar uma proposta desse caráter, deveria ser exigido do Estado que sejam dadas as condições para que o jovem de IDH menor possa disputar o mercado de trabalho em igualdade com o jovem de alta renda.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o estudante Tales.

O estudante Thales - Como já foi bem dito por ela, a questão é de se enfocar o tema de o desemprego ser geral. É, sim. Seria universal. Teria de haver igualdade de oportunidades e

condições, baseando-se na igualdade jurídica, a igualdade perante a lei, e não na igualdade de fato, ou seja, na realidade em si, segundo Karl Marx. É preciso saber quem realmente precisa desse emprego. Não dá para comparar duas rendas totalmente distintas, oportunidades totalmente diferentes. Com isso, surge a questão da capacitação profissional, que, conforme afirmou o Diogo, não atingirá todos os níveis da população.

O estudante Gustavo - Creio que podemos modificar essa proposta, atingindo assim o interesse de todos. A entrevista mostrará como é o candidato no dia-a-dia, facilitando o seu ingresso no emprego. Por meio de uma prova, poderá mostrar seu conhecimento e sua capacidade intelectual. Podemos fazer uma proposta, mantendo todos os interesses, tanto os explicitados pela Jussara quanto os explicitados pelo Rafael. A entrevista deve ser mais um critério de seleção; não o único, mas um dos principais critérios de avaliação, como a prova seletiva.

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - Quem for a favor da supressão da proposta levante o crachá. (- Pausa.) Quem for a favor da manutenção da proposta levante o crachá. (- Pausa.) Está suprimida a proposta.

Passaremos à Proposta nº 5, com destaque de Davidson e Rafael.

O estudante Davidson Thiago da Cruz - A Proposta nº 5 não deixa claro o que é redirecionamento dos incentivos fiscais. Por ser uma proposta vaga, proponho que seja substituída por criação de

incentivos fiscais do governo para as empresas optantes por funcionários na condição de primeiro emprego.

O estudante Rafael - A proposta inicial era a criação dos incentivos, mas cremos que isso mexa com o governo federal e não vai para a frente. De acordo com o governo, são vários incentivos, e eles não vão querer deixar de receber nem vão querer perder renda. Temos de pensar em três pólos: empregados, empresas e governo. Dessa maneira, os empregados terão mais incentivos. As empresas não querem ganhar mais, e sim deixar de gastar. Com esses incentivos, as empresas deixarão de gastar e o governo não perderá mais nada porque o incentivo só será redirecionado. Nada mais será criado, e a empresa não deixará de ganhar. Obrigado.

O estudante ... - Já existem incentivos fiscais para empresas que optam por condições dos funcionários para o Primeiro Emprego. Portanto solicito supressão da proposta.

O Sr. Presidente - Alguém quer manifestar-se a favor?

A estudante ... - O que as empresas ganham participando do Primeiro Emprego é apenas um selo. Vocês não acham que, se elas ganhassem incentivo fiscal, haveria mais emprego, seus gastos diminuiriam e a oferta de emprego aumentaria?

O Sr. Presidente - Colocaremos em votação a supressão da proposta. Quem for a favor da supressão levante o crachá.(- Pausa.) Quem for a favor da manutenção da proposta levante o crachá. (- Pausa.) Está mantida a proposta.

Veremos agora a modificação da proposta, que é a substituição do "redirecionamento dos incentivos fiscais" por "criação de incentivos fiscais por parte do governo". Uma mantém o redirecionamento e a outra propõe essa criação. Quem for a favor da modificação levante o crachá.(- Pausa.) Quem for a favor da manutenção da proposta original levante o crachá.(- Pausa.) A proposta permanece como está.

Proposta nº 6. Destaques de Alícia, Thales, Marcela, Vinícius e Júlia.

O estudante Vinícius - Essa proposta deveria priorizar não somente os jovens de 16 anos, pois os outros que se formaram também precisam de emprego, assim como nós. Temos de considerar que, amanhã, poderemos estar na mesma situação, ou seja, jovens recém-formados que não têm emprego e oportunidade.

O Sr. Presidente - A título de esclarecimento, devemos resolver a questão dos jovens recém-formados, incluindo ou não as universidades.

A estudante Marcela - Sou a favor da supressão da Proposta nº 7 nas universidades, senão começaria a excluir, do primeiro emprego, os estudantes de 2º Grau. Se puser nas universidades, é claro que o empregador preferirá fornecer o emprego para quem é universitário ou já passou pela universidade a fornecer para quem ainda está no 2º Grau. (- Palmas.)

O estudante Vinícius - Gostaria de frisar a criação de programas para os recém-formados nas universidades. O campo de trabalho do programa Primeiro Emprego já existe; porém, está sendo

dividido entre universidades e não universidades, querendo ou não. Por isso peço a criação do programa pelo governo para os jovens recém-formados nas universidades. Com um foco neles, haverá um campo de disputas somente entre universitários. Ela falou sobre a disputa, em que um empresário pode querer um universitário melhor do que os alunos de 2° Grau. Num campo aberto, sim; porém, nesse campo da proposta de universidade separada de ensino médio, não. Defendo a manutenção da Proposta n° 7 e peço a supressão da Proposta n° 6.

A estudante ... - Sou contra a Proposta n° 6, porque não especifica em que a pessoa é formada, se é 2° Grau, universidade, pós-graduação, etc. Então, há lacuna nessa lei, que pode ser interpretada de diversas formas. Cada empresa poderá interpretá-la de uma forma. Portanto devemos contemplá-la ou suprimi-la.

O estudante ... - Gostaria de falar sobre a idéia de aglutinar as Propostas n°s 6 e 7, porque os necessitados não são somente os jovens que se formam nas universidades, mas também todos os formandos. É preciso unir tudo e formar um grupo só dos que se formarem.

O Sr. Presidente - Alguém mais deseja falar? (- Pausa.) Colocaremos em votação a Proposta n° 6. Quem é a favor da Proposta n° 6 do modo como se encontra? (- Pausa.) Quem é a favor da Proposta n° 7 - recém-formados nas universidades. (- Pausa.) Suprimida a Proposta n° 7 e mantida a Proposta n° 6.

Esclareço que faltam três propostas destacadas, uma nova e uma moção para serem votadas.

Passaremos para a oitava proposta. Com a palavra, Henrique e Tales.

O estudante Henrique - Sou a favor dessa proposta, porque sabemos que o ensino no interior não é tão bom como nas capitais. Ensino profissionalizante como esse capacitará mais os jovens e diminuirá até a competição nas próprias cidades, pois os jovens saem do campo para se profissionalizarem nelas. Há uma competição aqui. Se profissionalizarem no campo, obterão melhores condições, e haverá melhorias.

O Sr. Presidente - Agora uma pessoa que seja contra essa proposta. Alguém é a contra essa proposta? Como ela propõe a exclusão da 8, votaremos as duas ao mesmo tempo. Em votação, a Proposta nº 8 da forma como está. Os que são favoráveis levantem os crachás. (- Pausa.) Aprovada. Fica, conseqüentemente, excluída a Proposta nº 9.

Votaremos a Proposta nº 10. Solicitaram destaque os estudantes Gustavo, Thales, Lucas, Gisele e outros dois.

Passaremos a palavra para uma pessoa contra e uma a favor.

O estudante ... - Sou favorável. A modificação da Lei nº 14.697, de 2003, fala da carga horária de 4 horas diárias para os estudantes. A proposta diz: "10 - Modificação da Lei nº 14.697/2003, art. 3º, inciso XI, visando à fiscalização de todos os direitos assegurados pela legislação trabalhista, em especial aquele referente à jornada de trabalho do jovem, para assegurar seu tempo de estudo".

Gostaria de frisar o aspecto referente à fiscalização pelo Ministério do Trabalho. É necessária essa fiscalização para saberem se essas 4 horas realmente serão cumpridas, se haverá abusos ou não.

Um outro aspecto diz respeito ao inciso III, que fala sobre a remuneração equivalente ao salário mínimo proporcional à jornada de trabalho. A proposta é para que a pessoa receba relativamente ao tempo em que estiver no emprego. Um outro aspecto ainda refere-se ao inciso IV, que fala da questão do cadastro dos interessados no órgão público, gestor do projeto, conforme o critério de carência social. Há um destaque, na lei, sobre esse critério. Esse inciso contempla as pessoas das escolas privadas, mas achamos que as pessoas de escolas públicas e de menor índice de renda devem, sim, ter privilégios.

O estudante Gustavo - Essa lei já existe. Então cabe ao jovem trabalhador se autofiscalizar. Ele precisa fazer valer os seus direitos, portanto ele mesmo pode fazer essa cobrança. A criação de uma lei com esse objetivo é desnecessária.

O estudante Thales - Sou a favor da proposta. É necessária a fiscalização desse aspecto das 4 horas, além de outros direitos. A autofiscalização é muito difícil. Quando a pessoa está no primeiro emprego, tentará, de todos os modos, provar que é competente e interessada. Se for preciso, ficará até 10 horas, para não perder a oportunidade. De certa forma, é necessária a fiscalização do Ministério do Trabalho para assegurar a oportunidade de estudo a esses jovens que estão nesses programas.

O estudante Lucas - Gostaria de falar contra essa proposta, porque a lei do trabalho de menor fala do menor aprendiz ou do

estagiário. A lei já existe, é muito bem elaborada e permite que todos trabalhem bem. Não é preciso criar uma lei para que haja fiscalização, pois já existem os fiscais do trabalho, que são os mais bem remunerados, os que mais circulam no Estado. Porém eles não ficam por conta do trabalho infantil e do trabalho escravo, mas todo o tipo de trabalho. Já existe um fiscal do trabalho e cabe ao jovem, como a qualquer cidadão, saber de seus direitos e defendê-los. O trabalho infantil é proibido. Acima de 14 anos, ele pode ser menor aprendiz e ter um trabalho de estagiário. Já temos uma lei que é perfeita para isso. (- Palmas.)

A estudante ... - Quero dizer que eu já trabalho e que nós mesmos não temos condições de estabelecer nossa carga horária. Ela é de 4 horas, mas não é cumprida. Quando ultrapassamos o horário e preenchemos a lista de ponto corretamente, fazem outra lista e nos mandam preencher tudo novamente porque não nos pagam. Já existe, aliás, um "apelidinho" muito lindo para quem trabalha além da carga horária: "hora besta". É "hora besta" porque não cumprem a lei, pagam, mandam omitir da folha de ponto. A Assprom é um órgão de contratação do menor para o primeiro emprego. Quando assinam o contrato na Assprom, os menores assinam para uma carga horária de 8 horas por dia e o compromisso de estudar à noite. Então, não priorizam o estudo e as 4 horas. Portanto concordo com a proposta. O Ministério do Trabalho tem de fiscalizar. (- Palmas.)

O estudante Lucas - Acho que a lei não ficou muito clara. O Brasil é conhecido lá fora como um país paternalista por ajudar os trabalhadores. No Brasil temos a chance de trabalhar jovens como

estagiários de cursos técnicos ou como menor aprendiz. Se você chegou e saiu na hora certa, registra o horário. Alteração do registro é crime, e os trabalhadores podem entrar na Justiça. Esse é o caminho. Não é preciso criar uma nova lei para isso, porque a lei já existe e tem de ser cumprida. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Lucas Junqueira Meirelles Vitelli) - Em votação, a proposta. Quem for a favor da supressão da proposta levante o crachá. (- Pausa.) Quem for a favor da manutenção da proposta como está levante o crachá. (- Pausa.) Está mantida a proposta.

Finalizamos as propostas. Vamos passar às novas. Vou fazer a leitura da primeira proposta nova apresentada à Mesa. (- Lê:) "Reativação do Conselho de Comunicação Social de Minas Gerais, no intuito de incentivar empresas privadas e ONGs para a implantação do funcionamento da rede alternativa. Alguém deseja pedir o destaque? Uma pessoa a favor e uma contra.

O estudante Lucas - Quero um esclarecimento a respeito da proposta. O que a criação do conselho incentivará? Ele será um meio de controlar as novas ONGs e redes alternativas? Como ele atuaria para incentivar a criação?

O Sr. Presidente - Alguém poderia dar esse esclarecimento? (- Pausa.) Quem fez a proposta poderia dar esse esclarecimento? (- Pausa.)

O estudante Marcelo - O órgão servirá como incentivo às redes alternativas.

O Sr. Presidente - Alguém gostaria de falar a favor ou contra? (- Pausa.)

A estudante ... - Sem ninguém pedir destaque, a Proposta nº 8, do direito à informação, foi aprovada e trata mais ou menos do mesmo que esta proposta, com praticamente as mesmas palavras. Proponho a supressão.

O Sr. Presidente - Alguém quer falar a favor da Proposta nº 9? (- Pausa.) Em votação, a Proposta nº 9. Quem é a favor de sua supressão? (- Pausa.) Quem é a favor de sua manutenção? (- Pausa.) A proposta foi rejeitada.

Agora temos uma monção com a seguinte proposta: aumento de um ano no tempo de participação das escolas no Parlamento Jovem, passando de dois para três anos, visando ao acompanhamento do aluno do 1º ao 3º ano do ensino médio. Quem a acata? (- Pausa.) A monção está aprovada. (- Palmas.)

Encerrada a votação dos destaques e das novas propostas, declaro aprovado o Documento Final da sessão do Parlamento Jovem sobre "Ética na Vida Pública e Cidadania". (- Palmas.) Convido a Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular, para receber o documento aprovado.

Em nome dos membros do Parlamento Jovem 2006, entrego-lhe o Documento Final, aprovado nesta sessão, para que a Comissão de Participação Popular, sob sua Presidência, estude e emita parecer quanto à viabilidade da aplicação dessas propostas.

- Procede-se à entrega do documento.

O Sr. Presidente - Neste momento, passo a Presidência dos trabalhos à Deputada Maria Tereza Lara.

A Sra. Presidente - Cumprimento toda a Mesa, professores da PUC e das escolas de ensino médio e jovens presentes, na pessoa do Lucas. Antes de encerrar, lerei um comunicado do Deputado André Quintão, que acompanha o Parlamento Jovem desde a primeira edição. (-Lê:)

"Aos participantes do Parlamento Jovem. Saúdo todos os participantes da 3ª edição do Parlamento Jovem, destacando que atualmente é um projeto de muito sucesso, que tem sua importância na aproximação do jovem com o Parlamento mineiro, num trabalho gradual de formação para a cidadania, de conhecimento do Legislativo, de discussão de temas pertinentes à realidade da juventude brasileira. Portanto, além de desenvolver processos de cidadania para a juventude, o projeto apresenta à Comissão de Participação Popular novas idéias e propostas, principalmente relacionadas às políticas públicas de juventude.

Infelizmente, vejo-me impossibilitado de estar com vocês neste evento, uma vez que, nesta segunda-feira, estou em Montes Claros, participando de um encontro regional, do qual sou um dos requerentes, para debater a implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas - no Estado. Mesmo longe, mas sintonizado com a importância da preparação dos jovens para o exercício da democracia, parabenizo todos vocês, protagonistas dessa nova história.

Estendo os cumprimentos à Deputada Maria Tereza Lara, Presidente da Comissão de Participação Popular, aos professores da PUC e das escolas de ensino médio e aos servidores da Assembléia Legislativa que contribuíram para a realização deste evento."

Também cumprimento os jovens e esta Casa. É muito importante vocês experimentarem verdadeiramente o parlamento brasileiro num momento em que muitas vezes ele não é valorizado. Lembramos que o Legislativo é extremamente importante para o fortalecimento da democracia representativa e para o avanço da democracia direta. Em Minas, damos essa contribuição com as comissões temáticas e, agora, com a de Participação Popular.

Cumprimento a Escola do Legislativo na pessoa do Alaôr, Gerente-Geral; a PUC, na pessoa da Profa. Beth, e as escolas de ensino médio. A Comissão está orgulhosa com o pedido de vocês para que a divulguemos à comunidade. Deixarei um "folder" institucional para cada escola e esperamos que venham outras vezes e participem das reuniões da Comissão. Quando jovens como vocês demonstram essa liderança, temos mais esperança de dias melhores para o País.

Temos recursos humanos valorosos e destacamos a presença dos jovens. Contem conosco. Muito obrigada.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência agradece a presença de todos os convidados e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada, e para a reunião extraordinária, na

mesma data, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.